

ALEX AGOSTINI, ECONOMISTA-CHEFE DA AUSTIN RATING

Rating do Brasil não mudará agora

MARIANA DURÃO
DO JORNAL DO COMMERCIO

A reviravolta ocorrida na Fazenda na última semana não será motivo para a Austin Rating – primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil – alterar a classificação dada ao País em sua primeira concessão de rating soberano, há cerca de duas semanas. O economista-chefe da agência, Alex Agostini, acredita que o ministro Guido Mantega não terá margem de manobra para realizar mudanças significativas na política econômica e que chegou ao ministério instruído a não mexer na cartilha de Palocci. “A questão que será trabalhada daqui para frente será se em um segundo momento essas mudanças vão ocorrer. Será que Mantega vai conseguir construir a imagem de que de fato está alinhado com a política econômica implementada até o momento ou vem apenas mantendo um discurso e começará a ter algumas ‘idéias mirabolantes’ em um segundo mandato?”, antecipa. Em sua avaliação, dificilmente o Brasil crescerá os 4,5% previstos pelo novo ministro para este ano – a Austin projeta alta de 3,8%. “Hoje a confiança do consumidor e do empresário ainda não está firme (...). Se essa percepção se deteriorar, é possível até que o crescimento seja menor”, alerta.

Agostini afirma ser legítima a estratégia de ampliar gastos em um ano eleitoral e não põe em dúvida a responsabilidade fiscal do Governo, que em sua avaliação cumprirá a meta de 4,25% para o superávit primário. “É prematuro dizer que a austeridade fiscal está indo para o brejo.” A aprovação da redução da TJLP de 9% para 8,15%, na última sexta-feira, é vista por Agostini como uma decisão esperada e não relacionada com a chegada de Mantega à Fazenda.

JORNAL DO COMMERCIO – Qual será o custo político da saída do ministro Palocci para o governo?

ALEX AGOSTINI – É difícil mensurar, mas é certo que não será muito grande, pois já havia uma avaria em relação ao Palocci desde que começaram as CPIs. A imagem já estava um tanto arranhada e nas pesquisas de opinião isso já estava no preço. Ainda assim as pesquisas mostravam uma recuperação do presidente Lula. Isso porque o ambiente macroeconômico vem dando resultados não satisfatórios, porque ainda há muito que melhorar, mas ao menos são positivos. Nesse sentido, a perda política com a saída do Palocci é pequena. Hoje, institucionalmente, o governo federal está bem amparado no que diz respeito ao ajuste interno e externo. Acho que Lula perdeu por um lado, mas capitalizou por outro nesse período com medidas como o pagamento adiantado ao FMI.

Mas o mercado já precificou como seria um novo mandato sem Palocci e com Guido Mantega?

– Esse é o outro lado da moeda. Se para o capital político de Lula isso já estava no preço, para o mercado o que estava no preço era sim a saída do Palocci, mas contando com a entrada de Murilo Portugal. Ninguém contava com Mantega, embora existissem comentários sobre essa possibilidade. O mercado não engoliu ainda essa mudança de planos e há uma certa volatilidade. Por isso não basta que Mantega mantenha simplesmente um discurso, ele vai precisar agir. E tem pouco tempo para mostrar que tem crédito para seguir no segundo mandato de Lula, já que temos só seis meses até a eleição.

Se conseguir mostrar de forma concreta que pretende manter a austeridade fiscal, a política cambial e um discurso alinhado com a política monetária, com certeza Mantega terá condições de entrar em um segundo mandato sendo o novo pilar de sustentação do Governo e do presidente Lula.

O novo ministro é identificado como opositor à política ortodoxa conduzida por Palocci e apoiada pelo mercado. Haverá mudanças na política econômica?

– Não há espaço para isto, porque é um anseio político não haver mudanças. Lula não tomou essa decisão olhando para o mercado, mas para o PT. É claro que ele não é a pessoa ideal porque, embora seja um técnico, está participando da formulação dos programas econômicos do partido desde 1989, participou do governo de Luiza Erundina e sempre esteve mais alinhado com idéias heterodoxas.

A questão que será trabalhada daqui para frente será se, em um segundo momento, essas mudanças vão ocorrer. Será que Mantega vai conseguir construir a imagem de que de fato está alinhado com a política econômica implementada até o momento, ou vem apenas mantendo um discurso e co-

meçará a ter algumas “idéias mirabolantes” em um segundo mandato? O projeto do PT não é de apenas oito anos, é mais ambicioso. Caso haja desentendimentos entre os anseios de Lula e a vontade de Mantega, provavelmente ele sai na primeira reforma ministerial em nome desse plano maior.

O reforço do presidente Lula quanto à independência do BC na condução da política monetária faz com que o novo ministro assumira a pasta enfraquecido politicamente?

– Já se esperava a interferência de Lula em função das diferenças entre Meirelles (presidente do Banco Central) e Mantega, e certamente esta foi a condição imposta. Mantega assumiu já sabendo disso, mesmo porque terá pouco tempo para fazer alguma coisa e não poderá intervir no Banco Central, que é independente. Ele não veio para solucionar problemas, mas para tapar um buraco.

Há quem tema que a Fazenda adote uma política mais expansionista e permita a realização de maiores gastos. Como o senhor vê a condução dos gastos públicos neste ano?

– Acho que é uma estratégia legítima (elevar gastos) de quem vai concorrer à presidência e que o Governo Lula promoveu a austeridade fiscal de forma muito boa nos últimos anos. Acredito em uma desaceleração do superávit primário, que não será recorde, mas não sairá do controle. Os gastos vão ocorrer e o governo precisa fazer isso porque sobraram poucas alternativas para se manter com credibilidade. Uma delas é dar o retorno para a população através de uma presença maior do Estado na economia, com investimentos, operações como a recuperação das estradas e o pacote da construção civil. O superávit não é mais uma meta de desempenho, já que acabou o acordo com o FMI, mas ele está na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e tem que ser cumprido na meta de 4,25%.

A partir do ano que vem, se Lula for reeleito, acho que vão tentar colocar em prática a idéia de vincular ao superávit primário os gastos com empresas estatais que dão lucro no que diz respeito aos investimentos e, provavelmente, reduzir para 3,5% a meta. Acho que é prematuro avaliar que a austeridade fiscal está indo para o brejo.

Quais serão os principais desafios de Mantega nos últimos nove meses do Governo Lula?

– Sem dúvida, as medidas para a redução das tarifas de importação e uma abertura comercial maior seriam importantes, mas parece que Mantega acredita que com essa abertura haverá um prejuízo ainda maior para o câmbio. Esse é o principal ponto pendente e seria importante que fosse aprovado. O Chile em dez anos reduziu tarifas, fez acordos multilaterais e hoje é investment grade. Conseguiu jogar sua dívida para zero e ter uma condição externa

“Hoje, a confiança do consumidor e do empresário ainda não está firme, mas é prematuro dizer que austeridade fiscal está indo para o brejo.”

de alguns projetos de investimentos que, ou haviam sido suspensos ou estavam parados nas pranchetas. Vale destacar ainda que o PIB revelou que a taxa de investimento não chega a atingir 20% do PIB. O indicador, que foi de 19,9%, fica abaixo da média de alguns países emergentes (aproximadamente 30% na Índia e China), nossos concorrentes diretos pela atração do investimento.

Recentemente, a Austing Rating atribuiu pela primeira vez rating de longo prazo ao Brasil. A mudança na Fazenda altera essa classificação? O que falta para o País atingir o Grau de Investimento?

– Não muda nada. O rating soberano tem amplitude nacional, não é dado a um ministério. É claro que o Mantega tem um perfil menos ortodoxo, mas o rating é composto tanto pela vontade soberana do Brasil cumprir seus compromissos de dívida, quanto por outros pontos como investimentos, exportações, contas externas. Para chegar ao Grau de Investimento, o Brasil precisa primeiro ter uma situação institucional mais transparente. É preciso ainda haver uma reforma da Previdência, para reduzir esse rombo e, se possível, transferi-la para o setor privado, como aconteceu em países hoje classificados como Investment Grade, que é o caso do Chile. Seriam reformas como uma reforma tributária mais profunda, trabalhista, sindical e política, fortalecimento da agenda microeconômica. Além disso, é preciso melhorar o perfil da dívida interna, ampliar o prazo de vencimento da dívida externa e ter uma estabilidade no quadro político.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou por unanimidade a queda da TJLP para 8,15%. Como o senhor avalia essa decisão do ponto de vista econômico e do ponto de vista político, já que a redução sempre foi a bandeira de Mantega?

– O resultado ficou dentro das expectativas. Havia a possibilidade de reduzir até um ponto percentual, mas acreditávamos que dificilmente isso aconteceria, pois 0,75 ponto percentual foi o corte anterior e, agora, havia o ingrediente Mantega. Do lado político, toda redução de taxa de juros é bem vinda e capitaliza o governo. É preciso ressaltar, contudo, que havia condições técnicas para que isso acontecesse, ou seja, a redução não foi por um anseio político ou desejo do Mantega. Os juros básicos vêm caindo desde setembro pelas condições técnicas favoráveis.

Do ponto de vista econômico, a redução ajuda a viabilizar a realização

de alguns projetos de investimentos que, ou haviam sido suspensos ou estavam parados nas pranchetas. Vale destacar ainda que o PIB revelou que a taxa de investimento não chega a atingir 20% do PIB. O indicador, que foi de 19,9%, fica abaixo da média de alguns países emergentes (aproximadamente 30% na Índia e China), nossos concorrentes diretos pela atração do investimento.

Qual a perspectiva para a trajetória da taxa básica de juros (Selic) daqui para a frente? O BC pode vir a ser mais conservador na tentativa de provar ao mercado sua independência?

– No ano passado a taxa de juros ficou estável de maio a agosto, do início ao ápice da crise política, justamente porque o BC tem sim a postura de mostrar sua independência. Talvez isso se repita agora. Apesar de projetar um corte de apenas 0,75 ponto percentual em abril, a Austing acredita que há condições técnicas para uma redução de juros maior. Três membros do Copom votaram por um corte maior. Então, se isso acontecer agora, não pode ser entendido como pressão do novo ministro. O mercado busca fatos onde não existem para justificar a realização de lucro e se posicionar de forma diferente, então o BC não vai querer dar razão a ele. A última ata, antes da queda de Palocci, já mostrava que iam manter o gradualismo. Acho que um corte de 0,75 ponto percentual está amparado pela ata.

Levando isso em conta, o senhor acredita que o Brasil pode crescer entre 4% e 4,5% em 2006, como disse o ministro Mantega?

– Nossa projeção é um crescimento de 3,8% do PIB. É uma perspectiva bem melhor que a do ano passado, quando o desempenho foi ridículo (2,3%), porque hoje há uma situação muito mais tranquila, em relação à queda dos juros, ao aumento do crédito, à continuidade do aumento das exportações e à recuperação da renda e do emprego. Ou seja, um cenário que vai amparar tranquilamente um crescimento acima de 3,5%. Mas temos que lembrar que demanda e investimento ocorrem mediante um cenário futuro, de uma previsibilidade. Hoje a confiança do consumidor e do empresário ainda não está firme no sentido de que vamos ter um ano melhor lá na frente. Se essa percepção se deteriorar, é possível até que o crescimento seja menor. Para

atingir 4,5% ou 5% seria necessária uma melhora muito grande da confiança, só com um choque de ânimo muito grande.

E o que deve puxar o crescimento da economia este ano?

– Com certeza a retomada do setor industrial, que ficou muito abalado no ano passado, com a ampliação da indústria de transformação, a parte de automóveis, bens duráveis e bens de capital, bem como a construção civil, dado o crescimento do crédito, redução da taxa de juros e o pacote de incentivo fiscal ao setor. Esperamos um PIB industrial com crescimento de 4,3%. O setor agropecuário deve ter alta de 3,5% no PIB, beneficiado por um cenário internacional ainda positivo, no que diz respeito às commodities agrícolas e à gripe aviária, que estimula as exportações do complexo carnes.

Qual é o cenário da Austing para o investimento no País?

– Há uma perspectiva de aumento dos investimentos dado o aumento do consumo doméstico. A manutenção desse crescimento do consumo, entretanto, é duvidosa, o que significa crescimento moderado dos investimentos em 2006. Esse ano é possível um crescimento de 3,5% a 5% (contra 1,6% em 2005), não mais que isso. Primeiro porque houve um ganho de ociosidade significativo em 2005, com redução média do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) de 82,6% em 2004, para 81,7% no ano passado. Para voltar aos níveis anteriores será preciso recuperar essa diferença e, a partir daí, voltar a um patamar de investimentos mais vigoroso. Em 2007, mantido o arcabouço econômico e institucional, é possível uma retomada.

Alguns economistas apontam para uma menor participação do setor externo no PIB este ano, em função da sobrevalorização cambial e aumento das importações?

– Há uma expectativa de que o setor externo tenha uma participação menor na composição do PIB porque, com a redução da competitividade dos produtos brasileiros no exterior, por conta da valorização do real, há uma tendência natural de que isso aconteça. Projetamos exportações de US\$ 136 bilhões, com crescimento de 15% sobre 2005 e importações de US\$ 88 bilhões, cerca de 20% superiores as do ano passado, chegando a um saldo de US\$ 48 bilhões (7% acima de 2005).



SERGIO WATANABE/AGENCE